

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.361.215 - SP (2018/0234075-9)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : INSTITUTO U.B.M. LTDA  
**AGRAVANTE** : INSTITUTO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - IESP  
**ADVOGADOS** : TAIRINE DIAS SANTOS - SP350567  
SERGIO BRESSAN MARQUES - SP227726  
SORAIA IONE SILVA - SP251446  
RICARDO FRAGOSO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP327765  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : JORGE LUIZ REIS FERNANDES - SP220917  
RAISSA LUIZA ANTUNES MONTORO - SP347590  
NATALIA SILVA CESAR GARCEZ - SP319351  
GUILHERME CASTARDO JAFRONE E OUTRO(S) - SP401266  
**AGRAVADO** : THAIS RODRIGUES DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : EDNILSON MODESTO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP231525

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por INSTITUTO U.B.M. LTDA (FASSP - FACULDADE DE SAÚDE DE SÃO PAULO) E OUTRO contra decisão que negou seguimento a recurso especial, em face de acórdão assim ementado:

“Prestação de serviços educacionais. Ação de obrigação de fazer c.c. declaratória de inexigibilidade de débito e indenização por danos e morais. Ação julgada improcedente em face do Banco do Brasil e parcialmente procedente em relação às corrés FASSP e UNIESP. Garantia de pagamento de financiamento (FIES) pelas credoras mediante requisitos.

Programa Uniesp Paga. Legitimidade da instituição financeira.

Gestora do contrato que gerou a negativação. Contratos coligados. Conjunto das avaliações positivo. Exigência de “excelência” sem informação clara e precisa dos critérios objetivos. Cláusula sem qualquer destaque. Aprovação da aluna, com frequência. Circunstâncias da contratação garantida e do descumprimento demonstradas. Análise do vínculo integrada, segundo a totalidade do negócio, com afetação do financiamento FIES, sendo este declarado inexigível em relação à autora.

Obrigação de fazer confirmada. Indenização por danos morais imputada unicamente às instituições de ensino. Instituição financeira que sofre apenas os efeitos reflexos. Recurso das corrés desprovido e parcialmente provido o da autora, com observação.

A discussão é entre a aluna, a instituição de ensino e o banco financiador acerca do descumprimento das obrigações contratuais para fins de garantia de pagamento do FIES, com legitimidade do Banco do Brasil, diante da coligação dos contratos e pertinência subjetiva.

A aluna integra o Programa 'Uniesp Paga', restando focada a insurgência das corrés nos requisitos exigidos para a concretização da garantia. Ocorre que houve aproveitamento com aprovação, frequência e expedição de diploma, sendo que a cláusula que impõe excelência no rendimento escolar não traz qualquer informação ou critério objetivo, não sendo clara e tampouco é posta em destaque, sendo extremamente desfavorável a interpretação da prestadora de serviços. Logo, a pretensão à assunção, pelas corrés, da obrigação relativa ao financiamento FIES é confirmada.

Os contratos de prestação de serviços e de financiamento são funcionalmente interligados, importando análise integrada do vínculo, ou seja, segundo a totalidade do negócio, com afetação e contaminação, segundo a boa-fé, ou seja, respondem as corrés pelo financiamento.

Entende-se correto imputar ao financiador apenas responsabilidade reflexa com declaração de inexigibilidade em face da autora. Não cabe afirmar que o Banco do Brasil praticou conduta ilícita, revelando-se a responsabilidade das instituições de ensino contratadas, nos termos previstos nos contratos. Sequer cabe falar em falha de informação, pois o contrato de financiamento foi firmado pela aluna, ainda que para ser garantido pelas corrés.

É inegável o dano moral caracterizado pela frustração e o abalo em relação à obrigação descumprida e principalmente a negatização do nome da autora, respondendo as instituições de ensino pela condenação.”

Opostos os embargos de declaração, esses foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente sustentou violação aos artigos 422, 476 e 884 do Código Civil, visto que a parte autora deixou de fazer “jus ao benefício do programa “Uniesp Paga” em virtude de descumprimento das cláusulas contratuais”. Por fim, pugnou pelo afastamento da condenação ao pagamento de danos morais

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento do presente agravo, verifico que esse não merece provimento, senão

vejam.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.”

Da análise dos autos, verifico que as sustentadas alegações de violação à lei federal não merecem guarida, em razão dos óbices contidos nas Súmulas nº 5 e 7 do STJ, que impedem a apreciação das cláusulas contratuais e a revisão do conjunto fático-probatório dos autos em sede de recurso especial, respectivamente.

O Tribunal de origem, ao analisar o contrato, as circunstâncias fáticas e as provas produzidas nos autos, assim entendeu (fls. 477/479 e-STJ):

" No caso, as corréis ofereceram o programa em que a aluna estava isenta da obrigação de pagar o financiamento após conclusão do curso, à exceção de juros de amortização, não constando informação clara e precisa acerca da condição de denominada “excelência” (item 3.2), com as devidas especificações. O certificado de garantia é claro quanto ao compromisso de pagamento do FIES à aluna. A autora foi aprovada, obviamente atingindo a média e a frequência às aulas, bem como não questionamento de descumprimento da atividade de responsabilidade social. E a ré auferiu a imediata vantagem para assunção de ônus em período posterior. A invocada Portaria interna não fez parte do contrato a caracterizar ciência, não cabendo considera-la como integrante do Regulamento.

Portanto, tal ponto está ultrapassado, sendo certo que a autora era integrante do programa e não resta demonstrado que tivesse sido corretamente informada de regras de “excelência” dispostas nas alegações da ré, sendo a interpretação favorável à consumidora (art. 47, CDC). Ou seja, é certo que a autora se obrigou junto ao FIES por força da oferta veiculada e a prova revela que a ré não cumpriu a garantia ofertada. O histórico escolar revela a aprovação com a maioria de médias altas e o diploma foi concedido à aluna sem condicionantes, tampouco foi notificada a respeito da perda da garantia.

A obrigação se torna iníqua ao impor condição sem a devida especificação, gravada sem qualquer destaque em letras pequenas, enquanto o termo de garantia está em destaque e sem condicionantes.  
(...)

Resta evidente a afetação no contrato FIES decorrente dos efeitos

surgidos pela garantia e alegado descumprimento contratual, sendo que as relações negociais no mundo pós-moderno são complexas e envolvem uma gama de participantes, estabelecendo confiança recíproca e interesses econômicos, o que implica em examinar a função social do contrato (art. 421 CC) e ainda a boa-fé.

Enfim, a boa-fé objetiva é princípio do Código de Defesa do Consumidor, na busca da harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo (artigo 4º, inciso III). Consubstancia uma espécie de pré-condição abstrata de uma relação ideal, apontando para um comportamento leal na atuação de cada uma das partes contratantes, a fim de garantir o respeito ao direito da outra e evitar a prática de abuso ou lesão (Rizzatto Nunes. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 3ª ed., 2007, p. 132).

Essa concepção do contrato é social, importando não só o momento da sua formação, mas, principalmente, os efeitos que ele gerará na sociedade, sendo relevante a confiança depositada no vínculo e as expectativas das partes, tudo em prol da preservação do equilíbrio da avença. É enganosa a informação parcial, inclusive por omissão. Observa-se que a garantia é intuitiva para que a consumidora acreditasse que obteria a quitação do financiamento. Nesses moldes, considerando os contratos coligados e considerando que as corrês assumiram a garantia, devem assumir o compromisso firmado com assunção do financiamento.

Quanto ao dano moral, a situação vivenciada não se encarta como mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada e que, no dizer de Sérgio Cavalieri Filho, "fazem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo" (cf. "Responsabilidade Civil", pág. 105).

(...)

Vale consignar a frustração de expectativa legítima, com privação do bem-estar e abalo psicológico, bem como inscrição negativa do nome. Bem por isso, comprovada a ocorrência do dano e do nex causal, cabe à autora o direito à indenização, nos termos do art. 6º, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor."

Assim sendo, verifico que o Tribunal de origem consignou expressamente que a recorrente não informou adequadamente à ora recorrida, além de não haver no

contrato “informação clara e precisa acerca da condição de denominada “excelência”.  
Constou ainda que o diploma de formação foi concedido à parte autora sem ressalva alguma acerca da perda da garantia do programa FIES, de modo que foi a parte recorrente que não cumpriu com as cláusulas contratuais.

A Corte estadual entendeu, ainda, que a frustração ocasionada pela não quitação do financiamento estudantil, bem como pela inscrição indevida do nome da autora em cadastro de inadimplentes, foi capaz de gerar danos morais indenizáveis.

Dessa forma, a alteração das premissas firmadas pela Corte Estadual esbarraria nas vedações de reexame do conjunto fático-probatório e de análise de cláusulas contratuais por esta via estreita do recurso especial, em virtude das Súmulas acima mencionadas.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO. PRORROGAÇÃO TÁCITA CONFIGURADA. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O Tribunal estadual deixou assente que houve prorrogação tácita do prazo contratual pelas partes, bem como, em razão da inadimplência, a necessidade de indenização por danos materiais. Reverter a conclusão do Tribunal local para acolher a pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos e a análise e interpretação de cláusulas contratuais, o que se mostra impossível ante a natureza excepcional da via eleita, consoante os enunciados n. 5 e 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

2. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1336153/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/12/2018, DJe 6/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CONJUGADO COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ATRASO.

INTERESSE JURÍDICO. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VALOR. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Alterar a conclusão do tribunal local acerca da ausência de cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, procedimento obstado pela Súmula nº 7/STJ.

3. Incide a Súmula nº 7/STJ para excluir a responsabilidade da recorrente, em relação à demora na expedição de diploma, e para reduzir a indenização por danos morais, arbitrada no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

4. É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de não afastar a incidência da Súmula nº 7/STJ para modificar os valores fixados a título de honorários advocatícios se estes não se mostrarem irrisórios ou exorbitantes.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1143605/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 6/2/2018, DJe 14/2/2018)

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora